

Patriarcado, herança do seringal: presença do patrimonialismo no funcionalismo público.

Luana Ferreira Valdivino¹

Orientadora Glauciene Maia²

RESUMO: este relato de experiência abordou a manifestação do patrimonialismo ocorrida no período do Estágio Supervisionado II, realizado em uma das Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Carauari. Percebeu-se como o patriarcado com suas ramificações estava arraigado a sociedade e institucionalizado de tal forma que é banalizado, perpetuando um comportamento prejudicial a impessoalidade do funcionalismo público. Muitos historiadores e/ou sociólogos embasaram seus estudos nessa temática, alguns foram citados nesse relato, no entanto, é amplo os pesquisadores que tratam do patriarcado e suas vertentes. Os estudos intensificaram-se no início do século XX por grandes nomes como: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, entre outros. Inúmeros estudiosos das Ciências Sociais contemporânea contribuíram ampliando os estudos nessa temática que precisa ser conhecida e popularizada entre os brasileiros desde as series iniciais até a universidade. Em tempo de desinformação, ou melhor informação manipulada, nada mais urgente que auxiliar a comunidade em ter acesso a informação direto da fonte. A leitura de teóricos e estudiosos para entender em que momento da história vivemos e permitir que as próximas gerações quebrem o ciclo vicioso que estamos inseridos, onde não passamos de massa dominada/manipulada por ideologias opressoras, deveria ser a prioridade na educação hoje.

Palavras-chave: Patrimonialismo; coronel de barranco; funcionalismo público carauariense.

1. Introdução

O presente relato de experiência surgiu a partir das experiências vividas no estágio supervisionado II ocorrido entre outubro e novembro do ano 2023, presenciou-se inúmeros

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História mediado por tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas –UEA, no município de Carauari. E-mail: luvaldivino36@gmail.com.

² Mestra em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atualmente professora assistente do Curso de Licenciatura em História mediado por tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas –UEA, no município de Carauari. <http://lattes.cnpq.br/838047780154751>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

episódios que caracterizam o patrimonialismo³. A forma como a gestão administrou a escola e relacionou-se com os funcionários públicos e terceirizados percebeu-se que em muitos momentos o gestor tratou a coisa pública como se fosse privada.

A partir do que foi observado escolheu-se o tema “Patriarcado⁴: herança dos tempos áureos da borracha” com a delimitação do tema “Presença do patrimonialismo no funcionalismo público carauariense” especificamente na escola estadual onde ocorreu o estágio supervisionado. A forma como os acadêmicos do curso de História que tinham interesse em estagiar na escola em questão foram barrados pelo gestor, deixou claro que o espaço público estava sendo administrado de acordo com interesses e caprichos particulares. Aristeu Portela Junior em um artigo sobre a temática retrata essa problemática: “Na dominação patrimonial, a administração é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder, como partes de seu patrimônio pessoal.” (Junior, 2012, p. 14).

Muitos historiadores e/ou sociólogos retrataram esse tema ao longo do último século, com base nesses estudos pretendeu-se contextualizar as experiências vividas no estágio com o patrimonialismo que já se tornou uma característica marcante do povo brasileiro praticamente em todas as esferas da sociedade. A problemática em torno do tema o patrimonialismo é um fenômeno cultural que está no cotidiano do carauariense. Nossa herança colonial e mais recentemente o seringal, deixaram marcas profundas em nossa cultura, extravasou o espaço familiar e adentrou ao funcionalismo público.

Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade. O estudo dessas crises constitui um dos temas fundamentais da história social. (Holanda, 1995, p.141)

O espaço público sendo administrado por funcionários que não respeitam as leis que regem o funcionalismo público e/ou que usam a máquina pública como meio de se beneficiar é recorrente em todos os órgãos no município de Carauari. Na escola estadual onde ocorreu o

³ Patrimonialismo ou Estado patrimonial é uma forma de organização política onde a autoridade estatal é fundamentada principalmente no poder pessoal exercido pelo governante (ou corporação) sobre suas propriedades. Foi comum tanto nas monarquias quanto nas repúblicas pré-modernas.

⁴ O patriarcado é um sistema social em que homens detém a responsabilidade, através do poder primário e funções de liderança, a autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade e a responsabilidade sobre as mulheres e as crianças.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

estágio não é diferente, o principal objetivo desse relato de experiência é retratar essa vergonhosa realidade que acontece principalmente nas cidades do interior do Brasil.

O patrimonialismo é um tema extremamente relevante abordado pelas Ciências Sociais. Muitos renomados historiadores e/ou sociólogos ao longo do último século tem se aprofundado nessa área de estudo esclarecendo como ele se manifesta na sociedade brasileira.

O município de Carauari não é diferente, percebemos o patriarcado/patrimonialismo não só no espaço privado, mas também na esfera pública e de forma escancarada sem que aja qualquer constrangimento pelos que o fazem ou qualquer reação pelas vítimas que o sofrem diariamente.

Para o município de Carauari, que tem um histórico de salários injustos entre funcionários domésticos e do comércio, funcionários públicos contratados por questões políticas, e muitos relatos de abusos cometidos em ambientes de trabalho quer seja na esfera pública ou privada, faz se necessário uma abordagem dessa temática por um dos acadêmicos da primeira turma do Curso em Licenciatura em História da UEA - NESCAR.

O objetivo geral desse relato é compreender o patrimonialismo presente nos dias atuais nas escolas públicas estaduais no município de Carauari. Os objetivos específicos são observar o patrimonialismo que ocorreu na escola pública estadual, analisando as situações presenciadas contextualizando com os principais autores que abordam o tema e exemplificando o patrimonialismo existente sistematizando com situações práticas do cotidiano escolar são pontos fundamentais a serem tratados nesse relato.

As causas desse problema patriarcal são seculares e já foi muito abordado por grandes escritores, historiadores e sociólogos. A forma como o Brasil foi colonizado e mais recentemente a atuação dos coronéis de barranco nos seringais na sociedade carauariense permite que o ambiente seja favorável para as injustiças sociais que ocorrem diariamente.

A grande quantidade de professores contratados permitindo um ambiente propicio a favores. O sentimento de segurança que o funcionário público concursado tem em detrimento a insegurança dos contratos quanto a permanência na função. A falta de informação que funcionários públicos tem sobre seus direitos e deveres são situação que facilitam a existência de uma gestão escolar patrimonial em Carauari.

Portanto, não poderíamos terminar o curso sem abordar essa temática que já é uma característica vergonhosa não só do município de Carauari, mas de muitas cidades do interior do Brasil como pode-se evidenciar no trecho de um artigo que tem como título: Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais:

“De modo a discutir a vigência do patrimonialismo, do personalismo e do clientelismo em pequenas localidades e, também, compreender sua materialização em rotinas públicas e relações sociais, este estudo apresentou o caso de Poço Fundo, município de pequeno porte situado no sul de Minas Gerais. (...) elas esclarecem como os políticos capitalizam para si e para seus partidos os favores prestados e como a natureza cíclica dos privilégios constringe ações coletivas, capazes de oferecer resistência ao “loteamento político da cidade. Evidentemente, portanto, tais estratégias não transformam o povo de Poço Fundo em beneficiário da cultura patrimonialista. Ao contrário, ele se torna refém do sistema político local.” (Oliveira, 2011, p. 17).

Breve histórico do patrimonialismo

O patrimonialismo e todas suas vertentes (coronelismo⁵, mandonismo⁶, clientelismo⁷, entre outros) não é novo, manifesta-se desde o período feudal como é retratado no livro Os donos do poder, de Raymundo Faoro.

O cargo público em sentido amplo, a comissão do rei, transforma o titular em portador de autoridade. Confere-lhe a marca de nobreza, por um fenômeno de interpretação inversa de valores. (Faoro, 1999, p. 175)

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. (Faoro, 1999, p. 621)

No Brasil ele apresenta um formato diferente, pois as oligarquias que dominam a política não eram ociosas, como ocorria no feudalismo e/ou monarquias, reformulando o patrimonialismo em terras brasileiras, mas não deixa de existir, pelo contrário “abre um leque”

⁵ Coronelismo é um brasileirismo usado para definir a complexa estrutura de poder característica do Brasil durante a República Velha, na qual o poder era exercido pelos coronéis (fazendeiros ricos)

⁶ O mandonismo é um brasileirismo, usado em ciência política, filosofia e sociologia, para definir uma das características do exercício do poder por estruturas oligárquicas e personalizadas, ao longo da História do Brasil e que equivale, na literatura hispânica, ao chamado caciquismo

⁷ O clientelismo denota a prática de distribuir empregos, favores e outros benefícios aos seguidores em troca de apoio político. Richard Graham definiu o clientelismo como um conjunto de ações baseadas no princípio “toma lá, dá cá”, com a prática que permite a clientes e patrões aproveitarem o apoio de outros.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

de possibilidade. As elites brasileiras vivem quase na sua maioria em fazendas afastadas dos grandes centros urbanos, não podendo fazer parte ativa na política, ou pelo menos não estando presentes nas assembleias. No entanto, não deixam de fazer parte da vida política, usando toda sua influência para eleger quem aceitará persuadir-se.

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores com quem troca topas de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (Faoro, 1999, p.623)

Na Amazônia, mas especificamente na calha do rio Juruá dando ênfase ao município de Carauari, o coronelismo (que ocorreu em todo o país, mas com mais intensidade na região Norte e Nordeste) moldou a estrutura social, política e econômica. O trecho abaixo retrata como os seringalistas tornavam-se coronéis de barranco:

“Os seringalistas tornaram-se senhores em seus domínios em função do sistema de exploração a que estavam manietados. O débito dos seringueiros lhes dava amplos poderes sobre eles, inclusive de caçá-los em fuga e recebê-los de volta com auxílio do poder público. Como forma de reforçar seus status, os seringalistas obtinham, por meio de relações políticas, a compra de patentes da Guarda Nacional. Desse modo, surgiram os “coronéis de barranco”. Semelhantemente ao que ocorria com os aviadores, em relação à comenda, a patente dos coronéis era atribuída por força do hábito de se os considerar homens importantes, mesmo que não a tivessem recebido oficialmente. Atuando como potentados, os seringalistas exerciam força moral, política e mesmo policial em seus domínios, estabelecendo vínculos de compadres e afilhados, fazendo conchavos e acordos para apoiar candidatos às eleições municipais e estaduais, resolvendo brigas, combatendo as invasões de seringais vizinhos, justificando criminosos e exercendo poder para aprender e punir seringueiros que fugissem de seu seringal. (Lima, 2009, p. 35)

O pensamento de subjugação da população local ao prefeito (o novo coronel de barranco) permeia todo o funcionalismo público. Ultrapassa a esfera municipal e chega na gestão das escolas estaduais.

Diante da realidade local enveredando para o meu relato de experiência vivido em Carauari, na última eleição para governo do Estado deixou isso muito claro. Profissionais da educação concursados deixaram se persuadir por promessas claramente eleitorais (não cumpridas posteriormente) prestaram-se “ao papel” de fazer campanha política tal qual funcionários municipais contratados. Sujeitaram-se a fazer campanha por direitos que são

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

previstos em lei ou por uma promoção que deveria ocorrer de forma imparcial/ impessoal para funcionários que melhor se adequem a função, mas são usados como barganha na politicagem.

A fidelidade ao cargo por parte do funcionário patrimonial não é uma fidelidade do servidor perante tarefas objetivas, delimitadas por regras racionalmente estabelecidas, mas sim, uma fidelidade de “criado”, o que constitui uma parte integrante de seu dever de piedade e fidelidade ao senhor. (Portela Junior, p. 14)

Durante o estágio o patrimonialismo foi escancarado. A forma como gestor administrou a instituição pública como se fosse particular deixou latente essa triste realidade que não é apenas carauariense, mas pelas raízes do coronelismo serem muito profunda em terras amazônicas fazem com que os excessos e abusos cometidos sejam vistos como normais por uma classe de profissional que deveria sair da faculdade altamente esclarecida e exigir seus direitos de forma contundente.

Poucos países no mundo moderno possuem problemas educacionais tão graves quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social do privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais para ser conduzido com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o velho regime do qual se tornou mero sucedâneo político. (Fernandes, p. 192)

Muitas questões podem ser levantadas para que o gestor escolar tenha um comportamento patrimonialista. Até que ponto a forma como escolhem os gestores permitiu que esse comportamento acontecesse? As atribuições ao cargo já são pré-determinadas para desenvolvê-lo? A necessidade de se envolver em politicagem para assegurar a função é um fator de risco para desencadear o comportamento patrimonialista? A seguir dois trechos de uma dissertação de mestrado sobre a temática:

A eleição manifesta, em tese, a vontade da comunidade escolar, entretanto, esse processo acaba também contribuindo para o patrimonialismo e para o clientelismo, já que o diretor eleito, muitas vezes, já faz parte da comunidade a qual está inserido, o que pode levar à troca de favores, a sofrer ainda mais influência do poder local. (Peres, 2009, p. 50)

O sistema de eleição não acabou com o patrimonialismo, com o clientelismo, pois o diretor continua estrangulado pelo sistema burocrático-administrativo e influenciado pelo poder local, deixando-se dominar em suas relações com o aparato público. O nó crítico não é a forma e, sim, as políticas educacionais, o sistema que acaba traçando “perfis” de atuação para o diretor, a burocracia favorece o diretor patrimonialista e clientelista. (Peres, 2009, p. 52)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

A grande questão é: Por que professores e demais profissionais da educação não exigem seus direitos e aceitam tão passivamente os excessos e abusos cometidos por gestores? Será que a formação desses profissionais tem falhado, ou eles mesmos como estudantes universitários tem sido insuficiente uma vez que muitos relatam sem constrangimento algum que não fizeram seus TCC e muitos não cursaram de forma satisfatória as disciplinas ministradas (colando e não realizando produções científicas até pelo formato dos cursos ofertados) tornando-se meros profissionais técnicos sem uma atitude reflexiva e crítica em relação ao seu trabalho?

Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver o dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades. (Holanda, 1995 p.151)

A forma como muitos profissionais da educação tem encarado sua formação acadêmica tem perpetuado a mentalidade passiva, perpetuando ideologias dos antigos seringais, elegendo imperceptivelmente novos coronéis de barranco fazendo com que o sistema patrimonial ganhe força e se perpetue. Como salientou Gilberto Freyre ...fazem falta, e falta imensa, aos brasileiros, uma tradição, um sistema, uma disciplina universitária. Uma missão apostólica de saber humanístico. (Freyre, p.13)

Os favores políticos, sem dúvida, são o que mais interferem para que a escola possa ser administrada de forma impessoal. Muitos funcionários fizeram barganha para conseguirem ficar “fora de sala”, ainda que aja um processo seletivo em muitos casos favores precisam ser feitos para que possam permanecer nas funções que não são as originais do concurso público.

Isso acarreta uma série de situações que permitem o comportamento patrimonialista do gestor escolar.

Muitas vezes, o diretor toma o patrimônio da escola como seu, porque se apropria de um direito, de um poder que lhe é deixado. Ao ter de prestar contas de um determinado aparelho na escola de sua tutela, acaba tomando-o como sua propriedade. Seu poder é exagerado, consentindo ao cargo, que o torna responsável sozinho pela escola, dificultando o compartilhamento do poder. É contraditório, o Estado incentiva a gestão democrática, todavia, não fornece subsídios para que ela ocorra, já que centraliza no diretor a parte burocrática, o que gera aumento de controle e da avaliação. (Peres, 2009, p. 61)

No entanto, demonizar o gestor seria desumano, é necessária entender e refletir de forma crítica como esse processo ocorre. Entender a filosofia da escola, e perceber se ela de fato tem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

vido vivenciado por profissionais e alunos permite-nos ter uma ideia do por que a gestão escolar tem toda essa carga patrimonial e o que precisa ser feito para que aja uma ruptura nesse comportamento através de uma gestão democrática.

Reconstruir a imagem do diretor é uma tarefa urgente para os gestores educacionais; cabe a eles redimensionar as políticas dentro do espaço escolar, para que os alunos que nela se encontram tenham acesso a um ambiente democrático, e não patrimonialista. (Peres, 2009, p.63)

A gestão democrática vem sendo retratada desde a constituição Federal de 1988. Eles trazem a LDB, BNCC, PNE e até mesmo o PPP como meios que poderiam atenuar o patrimonialismo, e estes documentos por sua vez, regem e/ou condicionam o trabalho do gestor. No entanto a gestão democrática tem sido substituída (ou melhor nem se quer foi implementada) por um modelo técnico que fere a impessoalidade do funcionalismo público como é retratada no artigo a seguir:

O modelo técnico-científico de gestão escolar fundamenta-se na hierarquia de funções, na centralização das decisões, nas regras e nos procedimentos administrativos, dando mais ênfase às tarefas do que às pessoas. Trata-se de um modelo que valoriza o poder e a autoridade (exercidos unilateralmente) e enfatiza relações de subordinação, retirando (ou diminuindo nelas) a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. (Militão, 2019, p.4)

Enquanto as tomadas de decisões aconteceram de cima para baixo o patrimonialismo irá imperar nas escolas públicas.

... não há como desvincular Política de Educação, já que aquela age diretamente sobre esta última. Cabe aos educadores, pais e sociedade civil buscarem, coletivamente, formas para vencer essa cultura patrimonialista e clientelista.

Uma das possíveis formas é um trabalho com a gestão democrática dentro das unidades escolares, através de Conselhos de Escola fortes, compromissados, com pais e comunidades cientes dos processos educacionais. Além de uma direção escolar que não se aproprie do patrimônio público, que compartilhe e, realmente, efetive a gestão democrática. O Conselho tem que ser deliberativo, não só no papel, mas de fato, pois assim garantirá que as decisões tomadas sejam acatadas pelo Diretor e pelo poder público. (Peres, 2009, p.64)

2. Evidencias de um patrimonialismo escancarado, mas dificilmente identificado (procedimentos metodológicos)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

O tema patrimonialismo surgiu da experiência vivida na disciplina Ciências Sociais e História ministrada pelos professores Dr^a Mônica Xavier e Dr^o André Melo. No momento despertou-se para forma patriarcal que funcionários domésticos e do comércio local eram tratados. Era nítido que a mentalidade coronelista permeava as relações patrão x empregados.

No entanto quando se iniciou o estágio percebeu-se que na esfera pública não era diferente e desde então começou uma intensa pesquisa bibliográfica (livros e artigos) para fundamentar muitos relatos (de conversas informais) que ocorreram ao longo de anos por pessoas que sofriam abusos que se caracterizavam por uma mentalidade patriarcal. Percebeu-se após inúmeras leituras que a temática enquadrava-se no campo histórico social e político

O caderno de citação proposto na disciplina do TCC 1 foi muito relevante para entender conceitos e aprofundar o tema abordado. Ao longo da leitura e seleção dos possíveis textos que seriam usados ocorreu um amadurecimento e deixou a temática antes muito abstrata e subjetiva, mais acadêmica e relevante para o contexto da sociedade carauariense atualmente.

A escola estadual em que ocorreu o estágio do ensino médio está localizada no bairro de Nova República na área central do município de Carauari, Amazonas, Brasil. Por Carauari não ter escolas particulares esta escola tem um público alvo misto, atendendo alunos de todas as classes sociais. É considerada por muitos a melhor escola de tempo integral de nível médio, portanto concentra a maior parte dos alunos com situação econômica favorável.

A experiência que será retrata neste relato é a presença do patrimonialismo no funcionalismo público. As interações da estagiária com o gestor antes mesmo de iniciar o estágio evidenciaram a mentalidade patriarcal muito retrata em várias disciplinas do curso de Licenciatura em História mostrando a relevância de abordar esse tema.

Na 1^a etapa ocorreu a observação no estágio em novembro do ano de 2023, a forma como o gestor administrava a escola e se relacionava com professores e profissionais da educação remeteu ao coronelismo. Era nítido que a coisa pública estava sendo administrada por interesses particulares, fazendo com que funcionários públicos concursados e principalmente contratados estivessem sujeitos a situações que permitiam ao gestor agir de forma patrimonial em muitos casos imperceptivelmente.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

que espera o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. (Holanda, 1995, p.145)

A 2ª etapa ao aplicar a intervenção e regência também ocorreram situações que deixaram claro a mentalidade patrimonial da gestão da escola. Muitos dos conflitos ocorrido foram ocasionado pelo péssimo período em que o estágio ocorreu. Ao realizar-se o estágio no mês de novembro, já era esperando conflito de interesses, pois devido aos muitos feriados e pontos facultativos que ocorreram nesse período o que os professores planejaram não poderia ser executada na íntegra. Além disso, a escola estava no período preparando uma Feira de Ciências e muitos professores cederam horário para o planejamento da mesma.

Portanto, dado os acontecimentos era esperado que houvesse resistência do gestor quanto as aulas necessárias para aplicação do projeto de intervenção e regência. Um outro ponto que precisa ser mencionado é o fato da pedagoga da escola encontrar-se em período de férias em todo o estágio o que ocasionou muitas situações que não ocorreriam caso tivesse sido tratado diretamente com ela que era a responsável direta para orientar a estagiária.

Houve a necessidade de voltar a campo na reta final da elaboração deste relato de experiência em novembro de 2024. Inicialmente havia estabelecido uma abordagem meramente bibliográfica contextualizando o que havia sido vivenciado no estágio que estava de acordo com a temática abordada e os diversos textos selecionados. No entanto, percebeu-se lacunas que só poderiam ser preenchida com um trabalho de campo aplicando um pequeno questionário com professores e profissionais da educação. A seguir as cinco perguntas respondidas pelos entrevistados.

Tabela 1: Questionário.

Nome:

Escolaridade:

Profissão:

Tempo que exerce a função atual:

1. Você acredita que pelo fato da cidade ter originado de um seringal determina a mentalidade passiva da população em algumas situações/aspectos?

2. Você já presenciou algum episódio onde algum colega de trabalho sofreu assédio moral?

3. Você acredita que o grande número de professores contratados é um facilitador para ocorrer situações de assédio moral?

4. Você acredita que além da questão econômica existe algum outro fator que faz com que funcionários públicos contratos aceitem passar por situações desagradáveis no ambiente de trabalho?

5. Você já passou por alguma situação em que se sentiu desrespeitado no exercício de sua função? Se se sentir confortável poderia relatar?

Agradeço sua colaboração, seu nome não será usando em momento algum. Caso se sinta mais confortável poderá usar um nome fictício.

Fonte: Valdivino, Luana. 2024.

Abordou-se o método qualitativo através de um questionário simples com professores e demais profissionais da educação para tentar identificar possíveis situações de assédio moral.

Em relação a eticidade, o cuidado tomado para que não ferisse a ética no processo de coleta de dados através da aplicação do questionário foi a garantia do sigilo das informações. Ao analisar e relatar alguns episódios ocorridos houve o cautela em não identificar o informante.

3. Resultados e discussões

Ao iniciar a pesquisa bibliográfica percebeu-se que existiam autores que são a base desse estudo. Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e que muitos artigos acadêmicos foram escritos tendo esses autores principais como base.

Muitas das conversas informais e relatos de pessoas que viveram e/ou vivem nesse contexto foi criando uma atmosfera favorável para amadurecer essa temática e perceber a relevância dela não só acadêmica, mas também socialmente.

A metodologia usada foi a qualitativa, foi analisado as respostas do questionário aplicado com professores e profissionais da educação contextualizando com os autores escolhidos no levantamento bibliográfico. Nem todos os autores foram usados nas citações, no entanto embasaram indiretamente as discussões levantadas neste breve relato de experiência que deve ser visto apenas como um ponto de partida para estudo da presença patrimonialista no município de Carauari e não como um estudo finalizado sobre a temática.

O questionário aplicado permitiu que a temática do patrimonialismo ficasse mais palpável saindo de um mero achismo para uma percepção mais acadêmica. Após aplicar o questionário no ano de 2024 na fase final da escrita deste relato que foi voltado para professores e profissionais da educação percebeu-se que muitos não tinham a percepção que as raízes coronelistas da cidade podem ter condicionado a mentalidade clientelista na população local. Segundo a historiadora Lilian Schwarcz,

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Enfim, nesses trinta anos, o Brasil não só buscou consolidar a democracia, como modernizou as relações sociais. Não deu conta, porém, de deter as práticas de patrimonialismo que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivenciamos nos dias de hoje. É por essas e por outras que o patrimonialismo se mantém como um dos grandes inimigos da República, tendo o poder de solapar e enfraquecer as instituições do Estado. A saúde de uma democracia é medida pela robustez de suas instituições e, no nosso caso, desde os tempos coloniais boa parcela de tais instâncias foi dominada por interesses de grupos de poder, que se apropriam de parte da máquina do Estado com fins particulares. A teoria de que os brasileiros são mais informais e “alheios à burocracia” ganha aqui outra “roupagem”, quando expedientes como esses acabam resultando no benefício de alguns e no malefício de muitos. (2019, p. 71)

Todos os que responderam o questionário já presenciaram episódio de assédio moral, mas ocorreu divergências entre o fato de professores contratados fossem um fator de risco para que houvesse assédio. Para muitos a questão econômica ainda é o principal fator para que aja tanta passividade em relação a situações de assédio moral ⁸no ambiente de trabalho.

A maioria já foi vítima de assédio em ambiente de trabalho, alguns relataram situações dos próprios colegas de profissão com a mesma função enquanto outros relataram que os assédios ocorreram por superiores por questões políticas tanto quando eram contratados municipais quanto quando já concursados e trabalhando na esfera estadual. Gilberto Freyre retrata essa temática deixando claro que está enraizada na cultura brasileira desde os primórdios, “inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligárquico⁹ ou nepotismo¹⁰, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia” (2006, p. 85)

Um dos entrevistados não sentiu-se à vontade de relatar episódios vivido de assédio moral, respondeu a 5ª pergunta da seguinte forma: “por ética não posso discorrer tal fato.”. Enquanto outro não só relatou episódios sofrido na esfera municipal (servidora contratada) mas

⁸ Assédio moral é a exposição de alguém a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas. Geralmente, tal expressão se refere a atos ocorridos durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

⁹ Na ciência política, oligarquia (“oligarkhía” do grego ολιγαρχία,^[1] literalmente, “governo de poucos”)(*oligi*, que quer dizer *poucos*, e *arqui*, que significa domínio^[2]) é a forma de governo em que o poder político está concentrado num pequeno número pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico ou corporação.

¹⁰ Nepotismo (do latim *nepos*, sobrinho, neto, ou descendente) é o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes (ou amigos próximos) em detrimento de pessoas mais qualificadas, especialmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

também estadual (concurada), ainda apresentou lacunas no questionário para identificar o assédio por superiores ocorrido por questões políticas. No entanto, não alterou-se o questionário para tentar identificar possíveis assédios ocorridos por questões políticas com colegas de trabalho que exercem a mesma função, comportando-se muitas vezes como capatazes que a figura máxima da mentalidade clientelista.

Um outro entrevistado ao responder a pergunta 3 esboçou a seguinte opinião: “não acredito que a contratação de mais profissionais na educação, seja motivo do assédio moral. O caráter de cada define quem ele é. Vem de origem. O ambiente só o influenciará de ele quiser.” Ao comparar essa fala com o conceito de clientelismo, pode-se perceber que em muitos momentos tem-se dificuldade de relacionar as atitudes patrimonial que ocorrem no ambiente escolar. A gratidão por conseguir um emprego gera uma dívida que será paga com atitudes de fidelidade extrema fazendo com que as ações e relações ocorridas gerem conflitos que jamais aconteceriam em um ambiente não patrimonial.

A principal dificuldade encontrada foi a recusa de muitos em responder o questionário. O curioso é que todas as pessoas que não responderam trabalham exclusivamente na esfera municipal como contratadas. Possivelmente houve insegurança em relação ao sigilo das informações e a natureza estritamente acadêmica/científica do que seria averiguado. Não se posicionar em questões que possam ser usados em situações que fica evidente a infidelidade para com o chefe/patrão/superior é uma característica marcante do clientelismo.

Enquanto estagiária e provável futura professora da disciplina de História e afins aprender a lidar com o patrimonialismo existente nas escolas é de fundamental importância para exercer a profissão de forma digna. Promover debates com a temática patriarcal e todas suas vertentes entre alunos e profissionais da educação para que aja uma reflexão sobre o que tem ocorrido nas instituições públicas deveria fazer parte dos objetivos de professores de História e afins.

É necessário formar um senso crítico nos alunos e aguça-lo nos professores que tem sido ao longo dos anos tratado como profissionais técnicos, onde suas principais atribuições ao cargo são preencher diários e aprovar alunos totalmente desinteressados e apáticos em sua carreira escolar (claro que ainda existem alunos que tem apoio dos responsáveis e estão se qualificando para serem futuros profissionais de excelência).

Subjugados ao sistema que não aceita reprovação de alunos, estão auxiliando a formar uma geração de analfabetos funcionais incapazes de ocupar vagas de emprego que exijam um raciocínio crítica. Dessa forma, perpetua-se a mentalidade clientelista nas classes de baixa renda onde está a maioria dos alunos que não são estimulados pelos pais e/ou responsáveis para estudar e ter uma chance de melhorar de vida.

Portanto, as breves discussões aqui apresentadas evidenciam a dificuldade de compreender os episódios de assédio moral como um fato histórico que permeia a sociedade carauariense desde seus primórdios. Professores e funcionários da educação, em sua maioria são altamente esclarecido, estariam em melhores condições para identificar possíveis abusos, não estão familiarizados com o temática patriarcal e suas variações.

4. Considerações finais

O patrimonialismo é uma temática que tem sido estudada no Brasil no último século por historiadores e sociólogos, no entanto, ainda que recorrente, é desconhecida para quem convive com ela na prática diariamente. Desmistificar as Ciências Sociais e tratar dessa temática em palestras comunitárias, igrejas, associações de uma forma informal e acessível para todas as classes sociais é uma necessidade urgente.

O brasileiro, mas especificamente o carauariense precisa entender a importância da leitura de fontes confiáveis que gera conhecimento e reflexão crítica sobre assuntos diversos para quebrar barreiras levantadas desde os tempos dos antigos coronéis de barranco.

Hoje pelo fato da população em geral viver presa na desinformação, ou informação manipulada pela mídia que doutrina as massas descaradamente, a sociedade continua subjugada há um sistema que perpetua a miséria e injustiças sociais.

Trabalhos de conclusão de curso precisam sair dos espaços universitários e chegar de fato a quem interessa, essa deveria ser a preocupação de cada formando independente da área de atuação. Entender qual seu lugar de fala e usar todo o conhecimento que adquiriu no período da formação acadêmica e não encerra-lo na defesa do TCC precisa ser o anseio de cada formando da primeira turma de Licenciatura em História mediado por tecnologia da UEA/NESCAR.

5. Fontes

Questionário aplicado com professores e profissionais da educação.

Regimento Geral da Rede Estadual de Ensino do Amazonas capital e interior.

www.wikipedia.org/

6. **Referências**

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, 14ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro volume 2, 14ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

FERNANDES, Florestan. Ensaio de sociologia geral e aplicada. São Paulo: Pioneira, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Aristeu Portela. Florestan Fernandes e o Conceito de Patrimonialismo na Compreensão do Brasil. Plural, Revista do Programa de Pós – Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 19.2, p. 9-27, 2012

LIMA, Lucilene Gomes. Ficções do Ciclo da Borracha: A selva, Beiradão e O amante das amazonas. 1ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MILITÃO, Luciana Silva da Costa; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. A Gestão Democrática na Legislação Educacional Nacional: avanços, problemas e perspectivas. Periódico Horizonte, USF, Itatiba, São Paulo, v. 37 março/2019.

OLIVEIRA, Renato Ferreira de; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; SANTOS, Antônio Carlos dos. Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais. Cad. Ebape.BR, Rio de Janeiro v.9, n° 4, artigo 1, dezembro/ 2011.

PERES, Ana Paula Franzini. Análise da atuação dos diretores de escola na perspectiva do patrimonialismo. 2009. 161. Dissertação Mestrado em Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal, São Carlos, 2009.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Sobre o Autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019